

ADOÇÃO: AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO INSTITUTO E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA ATUALIDADE

Edson Martins¹
Eline Teixeira de Lima Martins²

RESUMO

O presente artigo procura abordar uma questão social muito delicada que é a adoção. Ele parte do pressuposto de que a adoção é um ato jurídico, mas que comporta outras dimensões, como a conscientização da responsabilidade social, a necessidade de garantir segurança emocional às crianças abandonadas e o dever do Estado de tudo fazer para o bem estar delas. Para que houvesse um melhor entendimento do fenômeno, necessário se fez recorrer à história dos processos de adoção adotados em várias épocas, no Brasil e no mundo. São mostradas também as alterações ocorridas nas leis de adoção brasileira, com a mudança de visão e objetivos. Ao discorrer sobre o processo de adoção na legislação brasileira, é descrito de forma didática os passos necessários para que isto aconteça, os requisitos exigidos tanto por parte dos potenciais adotados, quanto pelos adotantes. Tais requisitos valem inclusive para casais homossexuais que queiram adotar. Por fim, são apresentadas as principais dificuldades encontradas atualmente no processo de adoção. Dificuldades que impedem que muitas crianças possam ter um lar e um futuro diferente.

Palavras chave: adoção; legislação sobre adoção; história da adoção.

ABSTRACT

This article has the pursuit to address a very delicate case that is adoption. It assumes that adoption is a legal act; however that includes other dimensions such as awareness of social responsibility, the need to provide emotional security for abandoned children and the state's duty to do everything for their well-being. For there to be a better understanding of this scenario, it was necessary to resort to the adoption processes adopted at various times along the history, in Brazil and worldwide. Are also demonstrated changes in adoption laws in Brazil, including the change of vision and goals. Expatiating about the adoption process in the Brazilian legislation, this article seeks to describe in an instructive way the steps necessary to make it possible, the conditions required by applicants, the potential adoptees and adopters. These requirements also apply to homosexual couples wishing to adopt. Finally, we present the main difficulties currently found in the process of adoption. Difficulties that prevent many children to have a home and a different future.

Keywords: adoption, legislation on adoption, adoption history

¹ Licenciado em Pedagogia, Mestre em Educação e Doutor em Sociologia da Religião. Coordenador da Comissão Própria de Avaliação e professor das Faculdades OPET. E-mail: edsonmartins@opet.com.br

² Estudante do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná. E-mail: elinetlm@gmail.com

1. Introdução

O Brasil é sabidamente, um país de contrastes. Se de um lado existem milhares de crianças abandonadas (pelos mais diversos motivos), por outro, existem milhares de famílias, incluindo aí famílias homossexuais, desejando adotar uma criança e não conseguem. Quais seriam as causas? Seria culpa do legislador, operador do direito, que é muito rigoroso na seleção das famílias adotantes? Será culpa da burocracia brasileira que emperra os processos de adoção, protelando uma decisão além do razoável, ou seria as exigências irreais por parte dos interessados em adotar as crianças? Estas e outras questões correlatas serão abordadas neste artigo.

Mas afinal, o que vem a ser uma adoção em conformidade com a legislação brasileira? Adoção é um ato jurídico, pelo qual se estabelece um vínculo de filiação independente de fatores naturais da procriação. É uma ficção legal, pela qual duas pessoas formam um laço de parentesco em primeiro grau na linha reta. É resultado de uma manifestação de vontade e sentença judicial, independente de relação biológica, portanto uma modalidade de filiação artificial.

Nas palavras de Maria Berenice Dias “A adoção é um ato jurídico em sentido estrito, cuja eficácia está condicionada à chancela judicial. A adoção cria um vínculo fictício de paternidade-maternidade-filiação entre pessoas estranhas, análogo ao que resulta da filiação biológica.”³ Os objetivos da adoção mudaram ao longo da história desse instituto, mas como bem expressa Luiz Edson Fachin, é um vínculo de parentesco por opção.⁴

O conceito e aplicação do instituto da adoção vêm se transformando ao longo dos anos. A história geral mostra que a adoção de crianças abandonadas já era uma preocupação em tempos antigos. No Brasil, desde o início da nação, a questão da adoção já estava prevista nas leis existentes, o que persiste até hoje.

Assim, O objetivo deste artigo é definir o que é adoção, entender como se consolidou, no correr da história, o processo de mudança do instituto da adoção, principalmente no Brasil, e descobrir quais são os principais entraves e desafios a serem vencidos para uma ampla proteção aos direitos da criança e do adolescente, visando o melhor aproveitamento para o seu desenvolvimento psicossocial.

³ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4 ed., ver, atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 426.

⁴ FACHIN, Luiz Edson. **Elementos críticos do direito de família**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p.219.

2. Uma perspectiva histórica

Em diversos sistemas jurídicos é possível encontrar uma regulamentação para o instituto da adoção. Isto mostra que a problemática de crianças abandonadas e a disposição de pessoas a adotá-las não é um fenômeno recente.

O *Código de Hammurabi*, criado por volta do séc. XVIII a.C., um dos mais antigos conjuntos de leis escritas descoberto, já dispunha acerca deste tema. Ali, a adoção era irrevogável, o adotado passava a integrar definitivamente à nova família.

Outra referência importante nos remete às *Leis de Manú*, legislação tida como a mais antiga da Índia, provavelmente escrita entre os séc. II a.C e II d.C., e que dispunham de material acerca da adoção muito semelhante ao *Código de Hammurabi*.⁵

O Direito Romano, mais tarde, trouxe grande destaque para o instituto, o que foi favorecido pela forma de organização social e religiosa de tal comunidade. Nesse contexto, esse instituto se desenvolveu de maneira plena, devido à necessidade de perpetuação do culto doméstico. Todas essas sociedades têm em comum a adoção como meio de continuidade das famílias, como meio de evitar a extinção destas. Em geral, as sociedades antigas viam com especial importância o culto doméstico, as celebrações aos antepassados, e para que fosse possível dar continuidade a esses cultos era necessária uma descendência. Como bem explica Fustel de Coulanges “A adoração era, pois, zelar pela continuidade da religião doméstica, pela salvação do lar, pela continuidade das oferendas fúnebres, pelo repouso dos manes dos antepassados”.⁶ A adoção era meio de dar filhos a quem a natureza havia negado, portanto, em geral, somente permitida àqueles que não possuíam descendentes homens.

Na Idade Média o instituto perdeu força, na medida em que se combatia a transmissão de títulos que não fosse por questões sanguíneas. Também o Direito Canônico passa a combater essa prática, baseado no princípio de família, alicerçada no matrimônio, que tinha como principal finalidade a procriação, e também porque poderia disfarçar o reconhecimento de filhos provindos de adultério e incestuosos.

O direito Moderno vai trazer de volta a questão da adoção, principalmente a partir do Código de Napoleão, o Código Civil Francês de 1792⁷.

⁵ ALVIM, Eduardo Freitas. **A Evolução Histórica do Instituto da Adoção**. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/A%20Evolucao%20historica%20do%20instituto.pdf>> Acesso em 26/06/2011.

⁶ COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. 2 ed., São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 59.

⁷ ALVIM, Eduardo Freitas. **A Evolução Histórica do Instituto da Adoção**. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/A%20Evolucao%20historica%20do%20instituto.pdf>> Acesso em 26/06/2011.

3. A adoção na legislação Brasileira

A adoção sempre esteve presente no Brasil, sendo, de início, regulada pelo Direito Português. No Código Civil de 1916, em que se admitia a adoção somente àqueles que não tivessem filhos, era chamada de simples a adoção tanto para maiores como para menores de idade. A finalidade desse instituto era, de fato, dar filhos a quem não os tinha, ficando encobertos os interesses do adotado. Nesta época, a vinculação de parentesco do adotado permanecia com sua família natural e poderia ser rompida a adoção, o que fazia por desestimular a prática.⁸

O grande início de modificação no instituto, que abandona o tradicional conceito de dar filhos aos impossibilitados pela natureza e parte para uma visão mais assistencialista, mais voltada para o adotado, vem com a Lei nº 3.133 de 8 de maio de 1957, que altera requisitos necessários de possibilidade da adoção, como a diminuição da idade mínima para os adotantes ou a possibilidade mesmo para aqueles que já tivessem filhos sanguíneos de adotar, ou seja, são diminuídos os entraves à adoção. A partir de então o pátrio poder passava para o adotante, contudo, os efeitos do vínculo de parentesco se limitavam a adotante e adotado. Restavam alguns resquícios negativos, como a desvantagem em termos sucessórios para o adotado face aos possíveis filhos biológicos do casal.⁹

Somente em 1965 surge lei¹⁰ que permite a chamada legitimação adotiva, adoção irrevogável, dependente de decisão judicial, que fazia rompia os vínculos existentes com a família biológica.¹¹ Era somente permitida para aqueles que fossem legalmente casados. Também estabelecia vínculos de parentesco gerados pela adoção com os mesmos efeitos e características próprias do parentesco consanguíneo.

Essa forma de adoção vigorou até a chegada do Código de Menores, em 1979¹². Esse Código passa, efetivamente, a privilegiar os interesses do adotante em detrimento dos do adotado. Passa a ser necessária autorização judicial para adoção e só é permitida adoção de menores em situação irregular, também se ampliam os vínculos aos ascendentes dos adotantes, independente de manifestação desses.

⁸ DANTAS, Danilo Sérgio Moreira. **A nova lei nacional de Adoção (Lei 12.010, de 29 de julho de 2009) e as novas diretrizes para a adoção no Brasil, à convivência familiar e garantias dos adotandos**. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=3282> Acesso em 27/06/2011.

⁹ ALVIM, Eduardo Freitas. **A Evolução Histórica do Instituto da Adoção**. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/A%20Evolucao%20historica%20do%20instituto.pdf>> Acesso em 26/06/2011.

¹⁰ LEI 4.655 de 02 de junho de 1965, que dispunha sobre a legitimidade adotiva

¹¹ DIAS, Maria Berenice. 2007, p. 425

LEI 4.655 de 02 de junho de 1965, que dispunha sobre a legitimidade adotiva. (DIAS, Maria Berenice. 2007, p. 425)

¹² LEI nº 6.697 de 10 de outubro de 1979.

Com a Constituição Federal de 1988, diversos princípios são incluídos em pauta, como a igualdade de filiação, que proíbe a discriminação e classificação de filhos por sua origem. A noção de proteção integral vai alterar significativamente a perspectiva do instituto. A adoção vai significar a busca de uma família para uma criança, e não mais só o dar filho a alguém.

O grande marco, contudo, acontece no ano de 1990, quando é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que veio regulamentar com mais profundidade o instituto da adoção de crianças e adolescentes. Pretendeu-se, com isso, corrigir as falhas existentes até então. O vínculo aqui estabelecido é com toda a família dos adotantes, incluindo descendentes do adotado. A partir de então, todo o processo de adoção é estabelecido por tal lei.¹³

Mais tarde, em 2009, é sancionada a lei 12.010, de 29 de julho de 2009, chamada de Nova Lei Nacional de Adoção. Com a vigência da Nova Lei, algumas mudanças significativas se impuseram ao Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente no que diz respeito à convivência familiar, que passa a ser um elemento indispensável no processo de inserção social do adotado.

4. O processo de adoção

O processo de Adoção é dirigido pelos artigos 39 a 52 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA regula exclusivamente a adoção de crianças e adolescentes, restando a lei civil para os maiores. Nas palavras de Carlos Roberto Gonçalves,

[...] A principal característica desta modalidade de adoção é que ela promove a integração completa do adotado na família do adotante, na qual será recebido na condição de filho, com os mesmos direitos e deveres dos consangüíneos, inclusive sucessórios, desligando-o, definitiva e *irrevogavelmente*, da família de sangue, salvo para fins de impedimentos matrimoniais.¹⁴

Para que possa ser feito o requerimento de adoção são requisitos obrigatórios do adotante: ser maior de dezoito anos de idade, podendo ser solicitado por cônjuges, em conjunto, ou companheiros e ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que

¹³ Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990

Art. 39. A adoção de criança e de adolescente rege-se-á segundo o disposto nesta Lei.

Parágrafo único: É vedada a adoção por procuração.

¹⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil: direito de família, volume 2**. 7ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 121

MARTINS. Edson; MARTINS. Eline Teixeira de Lima. Adoção: as transformações históricas do instituto e as dificuldades encontradas na atualidade. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 299-308, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

o adotando. Existe a possibilidade de adoção por divorciados desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do matrimônio. Quando o artigo dispõe acerca da possibilidade de adoção por casal que viva em união estável abre a possibilidade também para casais homoafetivos, apesar da resistência ainda existente em muitas pessoas, principalmente entre líderes religiosos (ECA, art. 42).¹⁵

O adotando deve, nessa modalidade de adoção, ser menor de dezoito anos de idade, e ter o expresso consentimento com a adoção pelos pais biológicos, ou representantes legais, ou que estes sejam desconhecidos ou estejam destituídos do poder familiar. É necessário, também, o consentimento de adotando maior de doze anos. É imprescindível que a adoção apresente vantagens reais ao adotando e seja motivada legitimamente.

Para instaurar o procedimento de Adoção é necessário que os candidatos a adotantes procurem o Juizado da Infância e Juventude para que formalizem seu pedido. A partir de então são feitas uma série de entrevistas e análises por psicólogos e assistentes sociais que buscam informações, inclusive visitando a residência dos pretensos adotantes, para fornecer ao promotor e ao juiz todos os subsídios necessários para elucidar a conduta familiar e social dos candidatos.

Depois de colhidos todos os dados precisos e esclarecidas todas as dúvidas pelo técnico do Juizado o procedimento segue para a habilitação do promotor de justiça do Ministério Público e posterior deferimento do juiz, caso exista uma instrução positiva, sempre visando o melhor interesse da criança. Após o deferimento os requerentes integram um cadastro de possíveis adotantes, que será combinado com o cadastro de crianças e adolescentes em condições de adoção.

¹⁵ Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. [\(Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009\) Vigência](#)

§ 1º Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

§ 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. [\(Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009\) Vigência](#)

§ 3º O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

§ 4º Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão. [\(Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009\) Vigência](#)

§ 5º Nos casos do § 4º deste artigo, desde que demonstrado efetivo benefício ao adotando, será assegurada a guarda compartilhada, conforme previsto no art. 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. [\(Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009\) Vigência](#)

§ 6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença. [\(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009\) Vigência](#)

MARTINS. Edson; MARTINS. Eline Teixeira de Lima. Adoção: as transformações históricas do instituto e as dificuldades encontradas na atualidade. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 299-308, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

Os procedimentos judiciais seguem uma ordem, existe uma preferência relacionada ao cadastro dos futuros adotantes, sempre orientada também pelas preferências em relação ao futuro adotado informadas no ato da inscrição. Viviane Girardi (2005) diz que o processo de adoção acontece em dois momentos distintos, o primeiro caracterizado pela habilitação dos adotantes e o segundo pelo decreto judicial que comina adoção e suscita seus efeitos jurídicos, e que esses dois momentos são permeados pelo “estágio de convivência”. Nesse estágio de convivência o juiz determina a guarda temporária do adotando aos adotantes, sem, contudo, proceder à sentença final de adoção, o período de duração é analisado caso a caso. Transcorrendo de maneira satisfatória será deferido o pedido de adoção. A partir de então, no registro do adotado, os adotantes passarão a figurar como pais, sem que conste qualquer anotação da origem do ato.

5. As dificuldades encontradas no processo de adoção

Os principais problemas relacionados ao processo de adoção estão ligados ao cadastro de crianças em condições de serem adotadas. Nesse sentido apontam tanto Maria Berenice Dias (2007), como Tatiana Wagner Lauand de Paula (2007).

Tatiana Wagner Lauand de Paula aponta que, apesar da existência de milhares de crianças abandonadas, o abandono na verdade não é total, pois trata-se de um abandono afetivo, fático, que não é jurídico, o que dificulta se encontrar uma criança que possa ser adotada. “É o distanciamento entre a criança real e a criança ‘ideal’ para a adoção”.¹⁶

O que acontece é que a grande maioria das crianças abrigadas ainda está sobre o poder familiar biológico. Mesmo que o contato seja ínfimo ou inexistente, sem o consentimento dos pais, que muitas vezes não tem coragem de entregá-los à adoção, não é possível proceder a adoção, ou até que esse poder seja destituído as crianças já estão mais crescidas, fugindo aos parâmetros desejados pelos candidatos à adotante.

Tatiana W. L. De Paula (2007), afirma que essa dificuldade de encontrar crianças de pouca idade aptas para adoção é uma das causas para a chamada “adoção à brasileira” que seria o registro de filho alheio em nome próprio. A demora nas filas de cadastro para realizar o sonho de maternidade/paternidade faz com que os interessados encontrem meios alternativos, muito menos amparados, para se chegar ao objetivo da incorporação de uma criança à família.

¹⁶ PAULA, Tatiana Wagner Lauand de. **Adoção à Brasileira: Registro de Filho Alheio em Nome Próprio**. Curitiba: J. M. Livraria Jurídica, 2007, p. 68.

MARTINS. Edson; MARTINS. Eline Teixeira de Lima. Adoção: as transformações históricas do instituto e as dificuldades encontradas na atualidade. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 299-308, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgados em 2010, haveria cerca de 80 mil crianças e adolescentes em situação de abrigo, mas destas, apenas 4,5 mil estariam aptas à adoção. A grande maioria dos casos de institucionalização está ligada à falta de condições materiais da família biológica em manter e sustentar o filho, motivo pelo qual crianças passam toda uma vida em abrigos, porém o ECA em seu artigo 23 diz que a carência de recursos materiais não é suficiente para a perda do poder familiar pelos pais biológicos.¹⁷

Os dados mostram, ao mesmo tempo, que são cerca de 30 mil pretendentes a adotantes, um número maior do que o de aptos à serem adotados, porém, nesse campo se encontra mais uma dificuldade: a intensa especificação de características do futuro adotado pelos adotantes interessados, imperando sempre a preferência por crianças ainda bebês, saudáveis, brancas e do sexo feminino. (de Paula, 2007)

Maria Berenice Dias (2007) aponta, também, que as listas de cadastro foram criadas para proporcionar maior agilidade no processo, contudo, não existe nenhuma determinação de que só poderia adotar quem está previamente inscrito. A realidade, porém, é que o cumprimento estrito da lista tornou-se alvo de constante vigilância e amarrou o sistema, sendo até visto com maus olhos o trabalho voluntário em instituições de abrigo, como se fosse uma forma de escolher a criança que se vai adotar. “Assim, as crianças que se encontram abrigadas não é dada sequer a chance de cativarem alguém”.¹⁸

Além do mais, apesar da existência de prazo legal de no máximo dois anos para permanência em abrigo, a justiça ainda é falha em averiguar e controlar esse tipo de situação. Segundo dados de pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2004, 43,4% das crianças em abrigos sequer tinham um processo nas varas da infância e juventude, o Poder Judiciário sequer tinha conhecimento da situação de tais crianças.¹⁹

Todos estes dados só vêm comprovar que a problemática da adoção de crianças no Brasil é uma questão em aberto, que demanda uma resposta à altura da sociedade como um todo, mas principalmente daqueles que estão diretamente envolvidos com o fenômeno. O que não pode continuar é a existência de crianças amontoadas em abrigos à espera de um lar e inúmeras famílias ansiosas por adotarem um ou mais filhos e não poderem devido a problemas burocráticos.

¹⁷ AGENCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Câmara dos Deputados. Lei da adoção faz um ano, mas burocracia ainda é obstáculo.** 24 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/148193-LEI-DA-ADOCACAO-FAZ-UM-ANO,-MAS-BUROCRACIA-AINDA-E-OBSTACULO.html>> Acesso em 29/06/2011

¹⁸ DIAS, Maria Berenice. 2007, p. 445.

¹⁹ SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília: Ipea/Conanda, 2004, p.65.

6. Conclusão

É possível claramente perceber que o instituto da adoção tem avançado, buscando cada vez mais o bem-estar, segurança e proteção dos menores. A mudança de sentido e de foco que se pôde perceber com a Constituição Federal de 1988 e com o Estatuto da criança e do Adolescente relacionados a adoção é prova clara de que, aos poucos, nossa legislação tem alcançado um melhor arcabouço para assegurar um desenvolvimento sadio, pleno para as crianças aptas a serem adotadas.

Porém, é inegável que é preciso aparar diversas arestas, já apontadas anteriormente. Mas para que isto aconteça é preciso avançar. Uma maior agilidade dos processos pode ser um bom passo, ajudando a dar o rumo necessário para que o instituto da adoção seja cada dia mais eficaz em seus objetivos, que permitam assegurar um ambiente familiar de apoio para o crescimento e desenvolvimento dos menores do país.

Referências

AGENCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Câmara dos Deputados. Lei da adoção faz um ano, mas burocracia ainda é obstáculo.** 24 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/148193-LEI-DA-ADOC-AO-FAZ-UM-ANO,-MAS-BUROC-RACIA-AINDA-E-OBSTACULO.html>> Acesso em 29/06/2011

ALVIM, Eduardo Freitas. **A Evolução Histórica do Instituto da Adoção.** Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/A%20Evolucao%20historica%20do%20instituto.pdf>> Acesso em 26/06/2011.

BELTRAME, Martha Silva. **Os Caminhos Trilhados Pelos Sujeitos da Adoção: o perfil, os problemas enfrentados e sua motivação.** Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id219.htm>>. Acesso em 26/06/2011.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Texto Compilado. Brasília, 13 de jul. de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm> Acesso em 29/06/2011.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga.** 2 ed., São Paulo: Martin Claret, 2001.

DANTAS, Danilo Sérgio Moreira. **A nova lei nacional de Adoção (Lei 12.010, de 29 de julho de 2009) e as novas diretrizes para a adoção no Brasil, à convivência familiar e garantias dos adotandos.** Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=3282> Acesso em 27/06/2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias.** 4 ed., ver, atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

FACHIN, Luiz Edson. **Elementos críticos do direito de família.** Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

FARIAS, Miriam Caiafa Amorim. **Adoção no Brasil: urgência e necessidade de uma revisão conceitual e procedimental.** Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/23769/adocao-no-brasil-urgencia-e-necessidade-de-uma-revisao-conceitual-e-procedimental>> Acesso em 29/06/2011.

MARTINS, Edson; MARTINS, Eline Teixeira de Lima. Adoção: as transformações históricas do instituto e as dificuldades encontradas na atualidade. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 299-308, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

GIRARDI, Viviane. **Famílias Contemporâneas, filiação e afeto: a possibilidade jurídica da adoção por homossexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2005.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. 4ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil: direito de família, volume 2**. 7ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2000.

PAULA, Tatiana Wagner Lauand de. **Adoção à Brasileira: Registro de Filho Alheio em Nome Próprio**. Curitiba: J. M. Livraria Jurídica, 2007.

PERES, Ana Paula Ariston Barion. **A adoção por Homossexuais: fronteiras da família na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

RIBEIRO, Maria Celeste José. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 6 ed., ver., atual., Brasília: Senado Federal, 2006.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: Ipea/Conanda, 2004.

VICENTE, José Carlos. **Adoção – O que é a Adoção, seus efeitos e formas para se adotar**. Disponível em: <<http://www.pailegal.net/ser-pai/503>> Acesso em : 27/06/2011.